

Esta apresentação está sendo escrita no rescaldo da vinda, a partir de meados do mês de abril de 2014, de algumas centenas de haitianos (e em menor número de nacionalidades outras) de Brasileia/Acre à cidade de São Paulo, mais precisamente para as dependências da Missão Paz, onde atuam os scalabrinianos, e que também é sede da revista *Travessia*. Estivemos, portanto, envolvidos com toda a mobilização que este fato gerou, primeiramente da parte de toda a grande equipe dos que aqui atuamos diuturnamente, bem como da parte da mídia, do poder público e da sociedade civil em geral. Para além dos que chegam rotineiramente à Missão, outros do Acre virão.

Longe de nos determos sobre o acontecido; porém, neste momento em que a discussão que nós da Pastoral do Migrante junto a outras forças travamos há décadas sobre a necessidade de uma nova lei de migração e de políticas públicas para os (i)migrantes ganha envergadura, um “detalhe” merece ser trazido à tona: os colchões estendidos no salão paroquial nos quais deitaram os haitianos procedentes do Acre, rapidamente foram adormecendo vazios, contrariamente aos colchões da Casa do Migrante onde dormem, por exemplo, senegaleses, bengalis, entre outros, que a legislação brasileira não contempla.

Não nos foi ainda possível quantificar os que solicitaram mão de obra haitiana e o tanto de vagas ofertadas apenas neste curto espaço de tempo, mas a demanda por imigrantes foi largamente desproporcional em relação à oferta. Além da média de 60 encaminhamentos/dia para o trabalho, das muitas vagas não preenchidas pelos pedidos feitos pessoalmente aqui na Missão Paz, há centenas de e-mails aguardando resposta, sem contar as inúmeras chamadas não atendidas nos celulares da equipe de Mediação para o Trabalho e das que pipocaram nas linhas fixas.

Semelhante quadro deixa perplexos os que vivem em situação irregular, pois só podem ingressar no mercado de trabalho

pela porta dos fundos. “Eu não posso”, dizia-me, nos degraus da igreja, um dominicano mestre de obras. Para esses, o aparato jurídico os força a contratações à margem da legislação trabalhista, a única alternativa possível.

Mas, e a porta da frente, a legal, aquela cujo selo de entrada é a carteira de trabalho, emitida por máxima autoridade? “Carteira de trabalho é coisa séria aqui no Brasil”, disparou em alto e bom tom uma delas no pátio da Missão repleto de vitalidade e sonhos – não de confusão, como muitos imaginam –, tão séria, que segundo informou o IBGE no dia 1º de maio, 60 milhões de brasileiros simplesmente não correm atrás dela. Depreende-se, pois, que há um descompasso na praça.

Apontando para as contribuições deste número da *Travessia*, quem acompanha os imigrantes que adentram o mercado de trabalho pela porta da frente e provoca o leitor, percorrendo vereda dentre nós inexplorada, é *Allan Rodrigo de Campos Silva*. Seu foco não recai sobre os haitianos, mas sobre os imigrantes africanos solicitantes de refúgio (largamente confundidos como sendo refugiados) que trabalham no abate de frangos na condição de empregados permanentemente temporários. Do seu texto também podemos pinçar outro “detalhe”: os (i)migrantes – quer assentem tijolos, quer carreguem caixas, verguem ferro ou abatam um frango a cada dois segundos – constituem a galinha dos ovos de ouro do processo de reprodução sem sentido do valor.

Sob outro prisma, o artigo de *José Carlos Sebe Bom Meihy* também é provocador, ao analisar o Protocolo de Palermo. Sublinha o avanço representado por este documento no combate ao tráfico de pessoas, mas aponta, em especial, para seus limites, o principal deles, a distância entre os agentes emissores e as pessoas tratadas simplesmente como “vítimas” incapazes de gerenciar a própria vida.

Por sua vez, *Marina Pereira de Almeida Mello* parte da “voz” dos emigrantes brasileiros radicados nos Estados Unidos – seus veículos de comunicação intragrupal – e ressalta a imbricação existente entre a condição de subalternidade e a indignação. *Adriana Santiago Rosa*

Dantas discorre sobre o processo de integração social de migrantes internos na periferia paulistana em décadas distintas: 1960 e 1980. *Camila Daniel* nos oferece uma primeira aproximação acerca da presença de peruanos no Brasil e *Thiago Canetti*, tendo por base os censos demográficos de 2000 e 2010, ressalta a importância que o fator renda desempenha sobre as migrações no interior da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Três resenhas fecham o número. A de *Tuila Botega* socializa o estudo realizado pela pesquisadora Gláucia de Oliveira Assis, transformado em livro, sobre o fluxo de brasileiros de Criciúma/SC para a região de Boston nos Estados Unidos, no qual a autora articula as categorias de gênero, as redes sociais e as relações familiares. A de *Sidnei Marco Dornelas* mostra como as pesquisas em torno da mobilidade humana alargam cada vez mais seu leque e traz ao conhecimento, no campo dos estudos sociorreligiosos e teológicos, a obra organizada por Enoch Wan, a qual, reunindo autores de diversas etnias e nacionalidades, sinaliza para a criação de uma nova disciplina no campo da missiologia cristã – a da diáspora. A resenha de *Diane Portugais* apresenta, na forma de ensaio, reflexões da autora sobre o medo aos “pequenos números”, às minorias e aos imigrantes num mundo globalizado, com base na sua leitura crítica da obra de Arjun Appadurai.

Também registramos, através de uma nota, a partida para outras terras do grande lutador na defesa desta terra para os que dela precisam para viver – indígenas, quilombolas, ribeirinhos, sem-terra – nosso querido D. Tomás Balduino.

Por fim, caro leitor/a, deixo aqui minha despedida da função de editor estendendo um agradecimento do fundo do coração aos pesquisadores/as que integram e/ou integraram o Conselho Editorial, pois seus nomes, ao longo dos 26 anos de história da revista, longe de desempenhar papel figurativo, sempre tiveram participação ativa e direta. Prolongo meu obrigado a todos/as que socializaram os resultados de suas pesquisas e estudos durante esse tempo, na certeza de que o continuarão fazendo, assim como os

novos pesquisadores/as, de olho nas exigências curriculares, sim, mas não tão só; e, de modo todo particular, deixo meu obrigado aos scalabrinianos que me jogaram nessa fogueira – prazerosa.

A *Travessia* continua, a partir de agora sob a coordenação do pesquisador Dr. José Carlos Pereira (Unicamp), integrante do Conselho Editorial e há anos parceiro de caminhada na Pastoral do Migrante (SPM) e junto ao movimento social. Carlinhos é seu nome de guerra.

Dirceu Cutti